

Equals S.A.

CNPJ/MF nº 12.839.955/0001-16

Balço Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)			Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)			Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)													
	Nota 31/12/2022	31/12/2021	Nota 31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Lucros	Lucros resultantes	Outros abrangentes	Total								
Ativo Circulante	21.632	5.634	Receitas de serviços	92.725	75.453	4.207	54	464	6.570	—	11.295								
Caixa e equivalente de caixa	4	4.265	Receitas financeiras	1.683	835	—	519	—	—	—	519								
Aplicações financeiras	5	10.445	Total de Receitas	94.408	76.288	—	—	—	—	—	—								
Contas a receber de clientes	6	6.804	Custos dos serviços prestados	(30.924)	(19.927)	—	—	—	—	—	—								
Outros ativos	—	118	Despesas administrativas	(8.452)	(7.863)	—	—	—	—	—	—								
Ativo não Circulante	65.352	79.180	Despesas de vendas	(4.482)	(3.100)	—	—	—	—	—	—								
Contas a receber de partes relacionadas	12	1.450	Despesas financeiras	(6.271)	(2.606)	—	—	—	—	—	—								
Ativos fiscais diferidos	—	2.055	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(550)	(484)	—	—	—	—	—	—								
Investimentos	7	54.405	Receitas (despesas) operacionais	(50.679)	(33.980)	—	—	—	—	—	—								
Imobilizado	—	650	Perda com investimento em controladas	(17.082)	(6.720)	—	—	—	—	—	—								
Intangível	8	6.792	Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	26.647	35.588	—	—	—	—	—	—								
Total do ativo	86.984	84.814	IRPJ e contribuição social correntes	(14.791)	(13.359)	9.1	48.453	(1.576)	(21.877)	—	25.000								
Passivo Circulante	13.286	11.569	IRPJ e contribuição social diferidos	875	15	9.2	—	1.323	—	—	1.323								
Contas a pagar	1.237	184	Lucro líquido do exercício	12.731	22.244	—	—	—	—	—	—								
Empréstimos e financiamentos	—	248	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			—	—	—	—	—	—								
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	5.879	3.710				—	—	—	—	—	—								
Obrigações tributárias	2.131	1.950				—	—	—	—	—	—								
Dividendos e Juros / capital próprio	9.4	3.024				—	—	—	—	—	—								
Outros passivos	—	767				—	—	—	—	—	—								
Passivo Não Circulante	19.675	45.012				—	—	—	—	—	—								
Contas a pagar a partes relacionadas	12	18.670				—	—	—	—	—	—								
Empréstimos e financiamentos	—	74				—	—	—	—	—	—								
Passivos fiscais diferidos	—	792				—	—	—	—	—	—								
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	—	139				—	—	—	—	—	—								
Patrimônio Líquido	54.023	28.233				—	—	—	—	—	—								
Capital social	9.1	52.660				—	—	—	—	—	—								
Reserva de capital	9.2	1.232				—	—	—	—	—	—								
Reservas de lucros	3.3	8.061				—	—	—	—	—	—								
Outros resultados abrangentes	9.5	(7.930)				—	—	—	—	—	—								
Total do passivo e patrimônio líquido	86.984	84.814				—	—	—	—	—	—								
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.						—	—	—	—	—	—								
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)						—	—	—	—	—	—								
<p>1. Contexto Operacional – A Equals S.A. (“Companhia” ou “Equals”) é uma Sociedade Anônima de capital fechado, com sede em São Paulo, Av. Doutora Ruth Cardoso, 7.221, cj. 701, 7º andar, CEP 05425-902, constituída em janeiro de 2012. Sua principal atividade é a prestação de serviços de tecnologia da informação, desenvolvimento de programas de computador, consultoria em tecnologia de informação e comércio de equipamentos e suprimentos de informática. A plataforma Equals controla as vendas com cartões, integrando suas vendas com as transações recebidas das adquirentes, considerando todos os aspectos transacionais e financeiros, do meio de pagamentos, aos seus clientes. Em 04 de dezembro de 2019, em função de reestruturação societária em seu grupo econômico (“Grupo StoneCo”), a sua antiga controladora StoneCo Brasil Participações S.A. (“StoneCo Brasil”) foi extinta, e a Companhia passou a ser controlada integralmente pela STNE Participações S.A. (“STNE Par”). Esta, por sua vez, tem como controladora indireta final a StoneCo Ltd., empresa de capital aberto na bolsa de valores NASDAQ sob o código STNE, constituída nas Ilhas Cayman. A emissão destas demonstrações financeiras individuais foi aprovada em Reunião de Diretoria em 20 de setembro de 2023. 1.1. Demonstrações Consolidadas: As demonstrações financeiras não estão sendo apresentadas de forma consolidada atendendo aos dispostos no CPC 36 – Demonstrações Consolidadas, visto que a controladora final StoneCo Ltd. disponibiliza ao público suas demonstrações consolidadas. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de forma individual, uma vez que todos os critérios para isenção de obrigatoriedade de apresentação de demonstrações financeiras consolidadas estabelecidos pelo CPC 36/IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas foram atendidos, quais sejam: • A Companhia possui como controladora final a StoneCo Ltd., a qual não fez objeção à não apresentação das demonstrações consolidadas; • A Companhia não negocia suas ações no mercado de capitais; • A Companhia não está em processo de arquivamento de suas demonstrações contábeis junto à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) visando negociar suas ações no mercado de capitais; • Sua controladora StoneCo Ltd. disponibiliza ao público suas demonstrações consolidadas.</p> <p>2. Apresentação das demonstrações financeiras – 2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, com as alterações das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e convergentes às normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – “IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”). A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022. A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de políticas contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor justo de pagamentos baseado em ações, determinação da vida útil dos ativos imobilizados e intangíveis e redução ao valor recuperável de ativos não financeiros. A realização dos saldos baseado em estimativas poderá ocorrer em valores diferentes dos estimados. Visando assegurar a melhor mensuração possível, a Administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente, utilizando todas as informações pertinentes disponíveis na data de preparação das demonstrações financeiras. As práticas contábeis de transações consideradas materiais não foram incluídas nas demonstrações financeiras. Ressalte-se, ainda, que as práticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente. As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais (R\$), sendo esta a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação.</p> <p>3. Principais práticas contábeis – Os principais critérios adotados para a elaboração das demonstrações financeiras são os seguintes:</p> <p>3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e aplicações financeiras, que são investimentos de curto prazo e alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e com prazo de vencimento, na data da aquisição, igual ou inferior a 90 dias. 3.2. Instrumentos financeiros: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. 3.2.1. Ativos financeiros: 3.2.1.1. Reconhecimento inicial e mensuração: Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJRA”) ou ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Exceto para contas a receber que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro que não é a VJR. Contas a receber que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas ao preço de transação determinado de acordo com o CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou VJRA, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “somente pagamentos de principal e juros” (“SPJJ”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é chamada de teste de SPJJ e é executada a nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam SPJJ são classificados e mensurados ao VJR, independentemente do modelo de negócios. O modelo de negócios da Companhia se refere a como seus ativos financeiros são gerenciados para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão do recebimento de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais, enquanto os ativos financeiros classificados e mensurados ao VJRA são mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é de ambos, receber fluxos de caixa contratuais e da</p>																			
<p>passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao VJR são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48/IFRS 9 forem atendidos. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía passivos financeiros classificados nesta categoria. 3.2.2.2. Passivos financeiros ao custo amortizado: Após o reconhecimento inicial, passivos financeiros classificados nesta categoria são mensurados subsequentemente ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Os juros calculados pelo método da taxa efetiva de juros são reconhecidos como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria inclui Fornecedores, Contas a pagar a partes relacionadas e outros passivos. 3.2.2.3. Baixa: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como a baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. 3.2.2.4. Valor justo de instrumentos financeiros: Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorre: • No mercado principal do ativo ou passivo; ou • Na ausência ou passivo de mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo. O mercado principal ou o mercado mais vantajoso deve ser acessível pelo Grupo. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado usando as premissas que os participantes do mercado usariam ao precificar o ativo ou passivo, assumindo que os participantes do mercado atuem no seu melhor interesse econômico. A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas às circunstâncias e para as quais existem dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são classificados na hierarquia de valor justo, descrita a seguir, com base nos dados de nível mais baixo que sejam significativos para a mensuração do valor justo como um todo: A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: • Nível I: preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível II: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e • Nível III: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferências entre níveis na hierarquia reavaliando a categorização (com base nos dados de nível mais baixo que sejam significativos para a mensuração do valor justo como um todo) a cada data-base. 3.2.3. Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal atualmente exequível de compensação dos valores reconhecidos e houver a intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possui instrumentos financeiros que tenham alcançado as condições para reconhecimento em bases líquidas. 3.3. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A Companhia avalia, a cada data-base, se há algum indicio de que um ativo possa estar deteriorado. Se houver algum indicio, ou quando o teste anual de redução ao valor recuperável de um ativo for requerido, a companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o valor justo de um ativo ou unidade geradora de caixa (“UGC”), menos os custos de venda, e o seu valor em uso. O valor recuperável é determinado para um ativo individual, a menos que o ativo não gere entradas de caixa que sejam em grande parte independentes daquelas de outros ativos ou Companhias de partes. Quando o valor contábil de um ativo ou UGC excede seu valor recuperável, o ativo é considerado deteriorado e é reduzido ao seu valor recuperável. Na determinação do valor justo menos custos de venda, transações de mercado recentes são consideradas. Se tais transações não puderem ser identificadas, um modelo de avaliação apropriado será usado. Esses cálculos são corroborados por avaliações por múltiplos, cotações de ações de empresas de capital aberto ou outros indicadores de valor justo disponíveis. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete o valor de mercado corrente da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo. Perdas por redução ao valor recuperável de operações continuadas são reconhecidas na demonstração do resultado em categorias de despesas consistentes com a função do ativo que sofreu a redução ao valor recuperável. 3.4. Considerações adicionais sobre redução ao valor recuperável do ágio: O ágio compreendido o valor das sinergias esperadas e outros benefícios da combinação dos ativos e atividades dos negócios adquiridos com os da Companhia. O ágio é alocado a cada uma das UGCs da adquirente, ou Companhias de UGCs, que se espera que se beneficiem das</p>																			
<p>sinergias da combinação de negócios, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas UGCs ou Companhias de UGCs. A Companhia testa, anualmente, se o ágio sofreu qualquer redução ao valor recuperável, e quando as circunstâncias indicam que o valor contábil do ágio pode ter se desvalorizado. As perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao ágio não podem ser revertidas em períodos futuros. 3.5. Investimentos: A Companhia contabiliza seus investimentos em participações societárias pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, o investimento é inicialmente reconhecido ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para reconhecer as alterações na participação da Companhia nos ativos líquidos da investida desde a data de aquisição. A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados das operações das investidas. Qualquer alteração no VJRA dessas investidas é apresentado como parte do VJRA da Companhia. Além disso, quando houver uma mudança reconhecida diretamente no patrimônio líquido da investida, a Companhia reconhece a sua participação nas mudanças, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados resultantes de transações entre a Companhia e as investidas são eliminados na extensão da participação na investida. O total da participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de uma investida é demonstrado na demonstração do resultado fora do resultado operacional e representa o lucro ou prejuízo após impostos e participações de não controladoras nas investidas. As demonstrações financeiras das investidas são preparadas para o mesmo período de encerramento da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para alinhar as políticas contábeis às da Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer uma perda por redução ao valor recuperável sobre o investimento em sua investida. Em cada data-base, a Companhia determina se existe evidência objetiva de que o investimento na investida está deteriorado. Se houver tal evidência, a Companhia calcula o montante da redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o seu valor contábil e, em seguida, reconhece a perda por participação nos lucros da investida na demonstração do resultado. Após a perda de controle sobre a investida, a Companhia avalia e reconhece o investimento residual pelo seu valor justo. Qualquer diferença entre o valor contábil da investida no momento da perda de controle, o valor justo do investimento residual e o resultado da alienação é reconhecida no resultado. Nenhum dos investimentos apresentou restrições significativas na transferência de recursos na forma de dividendos em dinheiro ou pagamento de obrigações, durante o período reportado. 3.6. Imobilizado: Todos os itens do ativo imobilizado são mensurados ao custo histórico, menos depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, se houver. O custo histórico inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e, se aplicável, líquido de créditos de impostos. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item fluirão a Companhia e que o custo do item seja relevante e possa ser mensurado com confiabilidade. Todos os outros gastos com reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período em que são incorridos. A depreciação é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos, conforme demonstrado a seguir:</p>																			
<p>Vida útil estimada (anos)</p> <table border="1"> <tr><td>Equipamentos de informática</td><td>5</td></tr> <tr><td>Instalações</td><td>5</td></tr> <tr><td>Máquinas e equipamentos</td><td>5</td></tr> <tr><td>Móveis e utensílios</td><td>10</td></tr> </table> <p>Os valores residuais, as vidas úteis e os métodos de depreciação dos ativos são revisados a cada data-base e ajustados de forma prospectiva, quando apropriado. Ganhos e perdas em alienações ou baixas são determinados pela comparação do valor obtido na venda (se houver) com o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. Em 2022 a vida útil foi revisada e não houve alteração. 3.7. Intangível: Certos custos diretos de desenvolvimento associados a software desenvolvido internamente e aprimoramentos de software da plataforma de tecnologia da Companhia são capitalizados. Os custos capitalizados, que ocorrem após a determinação pela administração da viabilidade técnica, incluem serviços externos e custos internos de folha de pagamento. Esses custos são registrados como ativos intangíveis ao longo da fase de desenvolvimento. Os custos de pesquisa e desenvolvimento de pré-viabilidade, bem como os custos de manutenção e treinamento, são debitados ao resultado quando incorridos. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não detém ativos intangíveis de vida indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil estimada pelo método linear. O valor contábil de um ativo intangível é composto pelo seu custo líquido de amortizações acumuladas e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida no resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. As vidas úteis dos ativos intangíveis são demonstradas abaixo:</p>			Equipamentos de informática	5	Instalações	5	Máquinas e equipamentos	5	Móveis e utensílios	10									
Equipamentos de informática	5																		
Instalações	5																		
Máquinas e equipamentos	5																		
Móveis e utensílios	10																		
<p>Vida útil estimada (anos)</p> <table border="1"> <tr><td>Softwares</td><td>5 – 10</td></tr> <tr><td>Relacionamento com clientes</td><td>13 – 19</td></tr> <tr><td>Licença de uso</td><td>5</td></tr> <tr><td>Ganhos e perdas resultantes da alienação ou baixa de ativos intangíveis</td><td>continua...</td></tr> </table>			Softwares	5 – 10	Relacionamento com clientes	13 – 19	Licença de uso	5	Ganhos e perdas resultantes da alienação ou baixa de ativos intangíveis	continua...									
Softwares	5 – 10																		
Relacionamento com clientes	13 – 19																		
Licença de uso	5																		
Ganhos e perdas resultantes da alienação ou baixa de ativos intangíveis	continua...																		

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 20/09/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação

gíveis são mensurados como a diferença entre o valor líquido da alienação (se houver) e seu valor contábil e são reconhecidos no resultado. **3.8. Provisão para imposto de renda e contribuição social:** imposto corrente: A provisão para imposto de renda ("IRPJ") é constituída com base nos rendimentos tributáveis pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros excedentes a R\$ 240 no exercício. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") é de 9% sobre o lucro tributável. **3.9. Provisão para contingências:** Passivos contingentes classificados como perdas prováveis: (i) Provisões trabalhistas – Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos. (ii) Provisões cíveis – Os valores das contingências são avaliados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia não era parte em nenhum processo judicial em andamento. **3.10. Receitas:** **3.10.1. Receita de contrato com clientes:** A receita é reconhecida quando a Companhia transfere o controle dos serviços para os clientes, em um valor que reflete a contraprestação que a Companhia espera receber em troca desses serviços. A Companhia concluiu que geralmente é o principal em seus acordos de receita, porque normalmente controla os serviços antes de transferir para o cliente. A Companhia aplica os cinco passos seguintes: a. identificação dos contratos com o cliente; b. identificação das obrigações de desempenho previstas no contrato; c. determinação do preço da transação; d. alocação do preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato; e. reconhecimento da receita quando o cliente, de acordo com a obrigação de desempenho é atendida. A receita é reconhecida líquida dos impostos cobrados dos clientes, que são posteriormente recolhidos para as autoridades governamentais. A Companhia reconhece receita do seguinte item: **3.10.1.1. Receita de serviços:** As principais obrigações de desempenho da Companhia são fornecer serviços de conciliações dos fluxos transacionais e financeiros de vendas realizadas por pagamentos eletrônicos. A promessa da Companhia aos seus clientes é realizar uma quantidade desconhecida ou não especificada de tarefas e a contraprestação recebida depende do uso dos clientes (ou seja, número de transações de pagamento processadas, número de cartões cadastrados etc.); como tal, o preço total da transação é variável. A Companhia aloca as taxas variáveis cobradas no dia em que tem o direito contratual de faturar seus clientes. A receita é reconhecida líquida de impostos, devoluções e descontos concedidos, no momento em que há integração entre os relatórios dos credenciadores e dos clientes na plataforma da Companhia. **3.11. Impostos sobre as vendas:** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: **• Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não são recuperáveis junto às autoridades fiscais, caso em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do item do ativo ou despesa, conforme aplicável.** **• Quando os valores a receber ou a pagar forem apresentados com o valor dos impostos sobre vendas incluídos.** O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar para a autoridade fiscal, é incluído como parte dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial líquido da receita ou do custo/despesa, na demonstração do resultado. As receitas de vendas no Brasil estão sujeitas a impostos e contribuições, com as seguintes alíquotas.

	Transações e outros serviços	Receitas financeiras
Programa de integração social (PIS) (a)	0,65% - 1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (a)	3,00% - 7,60%	4,00%
Imposto sobre Serviços (ISS) (b)	2,90%	-
a. O PIS e COFINS são contribuições cobradas pelo governo federal sobre a receita bruta. Esses valores são faturados e cobrados dos clientes da Companhia e reconhecidos como deduções da receita bruta (Nota 10) contra impostos a recolher, uma vez que atuamos como agentes de retenção de impostos em nome das autoridades fiscais. O PIS e COFINS pagos em certas compras podem ser considerados como créditos fiscais para compensar com PIS e COFINS a recolher. Esses valores são reconhecidos como impostos a recuperar e são compensados mensalmente em relação aos impostos a recolher e apresentados líquidos, pois os valores são devidos à mesma autoridade fiscal. b. O ISS é um imposto cobrado pelos municípios sobre receitas provenientes da prestação de serviços. O ISS é adicionado aos valores faturados aos clientes da Companhia por seus serviços prestados. É reconhecido como deduções da receita bruta contra impostos a recolher, pois a Companhia atua como agente de cobrança desse imposto em nome dos governos municipais. As alíquotas podem variar de 2% a 5%. 3.12. Benefícios a empregados: 3.12.1. Obrigações de curto prazo: Os passivos relacionados a benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são contabilizados como despesa conforme o serviço relacionado é fornecido. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bônus em dinheiro ou participação nos resultados de curto prazo se a Companhia tiver uma obrigação legal ou não formalizada de pagar devido aos serviços passados prestados pelos empregados e a obrigação puder ser estimada de forma confiável. 3.12.2. Remuneração com base em ações: A Companhia possui planos de remuneração baseada em ações, segundo os quais a administração se compromete com a liquidação de ações baseadas em seu preço ou valor, para empregados e não empregados em troca de serviços. 3.12.2.1. Transações liquidadas em ações: O custo de transações liquidadas em ações com funcionários é mensurado pelo valor justo na data da entrega. O custo é registrado como despesa juntamente com um aumento correspondente no patrimônio líquido durante o período do serviço ou na data da concessão, quando a concessão se refere a serviços passados. A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa da Companhia sobre o número de outorgas que, em última instância, serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado		

A Diretoria

Camila Del Poente – Contadora - CRC - ISP 290.887/0-8

Equals S.A.

	31/12/2022	31/12/2021
4. Caixa e equivalentes de caixa	6	15
Depósitos em bancos nacionais	4.259	3.254
Outras aplicações financeiras	4.265	3.269
5. Aplicações financeiras	10.445	—
Aplicações financeiras	10.445	—
6. Contas a Receber	6.883	3.011
Contas a receber de clientes	6.883	3.011
Perda esperada com crédito de liquidação duvidosa	(79)	(724)
	6.804	2.287

	31/12/2022	31/12/2021
7. Investimentos – a. Movimentação dos investimentos		
Participação societária		
Vitta Tecnologia em Saúde S.A.	100%	0,06%
Saldo em 31/12/2021	31.770	—
Aumento de capital	47.020	—
Constituição de investimento (a)	303	303
Alienação de investimentos (b)(d)	(956)	—
Mudança de participação societária (c)	(7.852)	(78)
Pagamento baseado em ação	323	1
Equivalência Patrimonial	(17.086)	4
Saldo em 31/12/2022	53.522	883
Vitta Tecnologia em Saúde S.A. - "Vitta Tecnologia":		

	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio Líquido	Receitas	Resultado Líquido
Vitta Tecnologia em Saúde S.A.	3.224	23.068	9.034	227	17.031	6.306	(19.654)
Linx Sistemas e Consultoria Ltda.	500.950	1.532.970	256.798	305.034	1.472.088	1.010.935	(12.662)

	31/12/2022	Adi- cões Baixas	Transfe- rências	31/12/2021
8. Intangível				
Software	9.149	5.930 (797)	32	14.314
Software em andamento	214	687	(32)	869
Ativos de direito de uso – Software	233	318 (232)	—	319
Custo	9.596	6.935 (1.029)	—	15.502
Software	(2.259)	(6.489)	133	(8.615)
Ativos de direito de uso – Software	(173)	(155)	232	(95)
Amortização Acumulada	(2.432)	(6.644)	365	(8.710)
Intangível	7.164	291 (664)	—	6.792

9. Patrimônio líquido – 9.1 Capital Social: Em 31 de dezembro de 2022, o capital social R\$ 52.660 (R\$ 4.207 em 31 de dezembro de 2021), representado por 48.512.812 ações ordinárias, sem quaisquer ações preferenciais e sem valor nominal, subscritas integralizadas, distribuídas entre os acionistas como segue:

	Pais sede	Participação (%)	Total de Ações	Total de Ações
STNE Participações S.A. Brasil	100,00%	100,00%	48.512.812	60.000
Total do Capital Social	100,00%	100,00%	48.512.812	60.000

Em AGE aprovada em 29 de dezembro de 2022, a Companhia aumentou seu capital social em R\$ 48.453, passando a ter o capital social de R\$ 52.660. **9.2 Reserva de capital:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a reserva de capital no total de R\$ 1.232 (R\$ 573 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021) refere-se: a) Constituição da reserva adicional para a distribuição de remuneração baseada em ações no montante de R\$ 1.323. b) Em AGE aprovada em 01 de dezembro de 2022, houve alienação das ações detidas pela VittaPar LLC para a Equals S.A. no total de 706.978 ações, representativas de 1,45% do capital social da Vitta Tecnologia, na qual, no contrato de compra e venda foi negociado o valor de R\$ (664). Com essa transação, a Equals alterou percentual de participação societária de 98,39% para 100%. **9.3 Reserva de lucros:** a) **Reserva legal:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Equals constituiu reserva legal no montante de R\$ 637. Em 2022 o saldo da reserva legal no total de R\$ 1.576 foi utilizada para aumento de capital. b) **Reserva de investimentos:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia constituiu reserva de investimentos no montante de R\$ 7.424. Em 2022 o saldo da reserva de investimentos no total de R\$ 21.877 foi utilizada para aumento de capital. **9.4 Dividendos e juros sobre o capital próprio:** Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado após destinações previstas na legislação societária brasileira. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Equals constituiu dividendos a pagar no montante de R\$ 3.024 (R\$ 5.283 no período findo em 31 de dezembro de 2021). Conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, em seu artigo 9º, o valor dos juros pagos ou creditados pela pessoa jurídica, a título de remuneração do capital próprio, pode ser imputado ao valor dos dividendos. Em AGE realizada em 30 de novembro de 2022, foi aprovada a distribuição de R\$ 1.646 (R\$ 542 em 31 de dezembro de 2021), a título de juros sobre capital próprio, o qual foi liquidado pela Companhia no mês de dezembro de 2022. **9.5 Outros resultados abrangentes:** Em 31 de dezembro de 2022 foi reconhecido em outros resultados abrangentes o total de R\$ 7.930 (R\$ – em 31 de dezembro de 2021), referente as mudanças de participações societárias: Na empresa Vitta Tecnologia, houve as seguintes mudanças de participações societárias: (a) Em 31 de março de 2022, a Companhia aumentou seu capital social em R\$ 29.823, passando a ter o capital social de R\$ 49.299, na qual, a Equals alterou percentual de participação societária de 51,56% para 97,51%, gerou efeito de R\$ 5.121; e (b) Em 30 de setembro de 2022, a Companhia aumentou seu capital social em R\$ 17.197, passando a ter o capital social de R\$ 66.496, dividido em 48.663.459 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, na qual, a Equals alterou percentual de participação societária de 97,51% para 98,39%, gerou efeito de R\$ 2.696. Na empresa Linx Sistemas e Consultoria Ltda. em 01 de dezembro de 2022, foi deliberado o aumento do capital social da Linx Sistemas e Consultoria Ltda. (Linx Sistemas), decorrente a cisão parcial da Vitta Tecnologia em Saúde S.A., referente ao produto ClinicWeb, com a incorporação da parcela cindida pela Linx Sistemas, no montante de R\$ 956, na qual, a Equals constituiu percentual de participação societária de 0,06% na empresa Linx Sistemas e registro de ajuste de avaliação patrimonial de R\$ 113.

	31/12/2022	31/12/2021
10. Receita de serviços	104.383	84.706
Devoluções e cancelamentos	(151)	—
(f) Impostos sobre vendas	(11.507)	(9.253)

(a) Em 01 de dezembro de 2022 houve alienação das ações detidas pela VittaPar LLC para a Equals S.A. no total de 706.978 ações, representativas de 1,45% do capital social da Vitta Tecnologia pelo valor de R\$ 967 mil, deduzido do ágio R\$ (664) da ações no total o valor do investimento foi de R\$ 303. (b) Em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") aprovada em 01 de dezembro de 2022, foi aprovada cisão parcial do intangível do ClinicWeb que foi incorporado à empresa Linx Sistemas Consultoria Ltda, avaliado em R\$ 956 com base no balanço patrimonial de 30 de setembro de 2022. Como consequência, também foi aprovada redução de capital no total de R\$ 956, mediante ao cancelamento de 697.826 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, passando a ter o capital social de R\$ 65.540, dividido em 47.861.316 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. (c) Em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") aprovada em 31 de março de 2022, a Companhia aumentou seu capital social em R\$ 29.823, passando a ter o capital social de R\$ 49.299 e em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") aprovada em 30 de setembro de 2022, a Companhia aumentou seu capital social em R\$ 17.197, passando a ter o capital social de R\$ 66.496, dividido em 48.663.459 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. **Linx Sistemas e Consultoria Ltda. "Linx Sistemas":** (d) Em AGE aprovada em 01 de dezembro de 2022, foi deliberado o aumento do capital social da Linx Sistemas, decorrente da cisão parcial da Vitta Tecnologia em Saúde S.A., referente ao produto ClinicWeb, com a incorporação da parcela cindida pela Linx Sistemas e Consultoria Ltda, no montante de R\$ 956, de acervo líquido em que acarretou o aumento de capital da empresa e constituição de investimentos na empresa Equals S.A.

	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida de software	92.725	75.453
Momento do reconhecimento da receita		
Reconhecida em um momento específico no tempo	92.725	75.453
Receita líquida de serviços	92.725	75.453

	31/12/2022	31/12/2021
11. Composição de custos e despesas por natureza		
Despesas com pessoal (Nota 11.1)	(26.915)	(19.778)
Depreciação e amortização	(6.730)	(1.894)
Serviços de terceiros	(6.577)	(4.948)
Despesas com instalações	(881)	(1.178)
Gastos com viagens	(510)	(339)
Outras despesas/ receitas operacionais	(360)	(95)
Despesas de marketing e comissões de vendas	(230)	(77)
Outras despesas/ receitas operacionais	(2.205)	(3.065)
	(44.408)	(31.374)

	31/12/2022	31/12/2021
11.1 Benefícios a empregados		
Salários e benefícios	(21.002)	(15.677)
Remuneração baseada em ações	(1.114)	(353)
Custos previdenciários	(1.862)	(1.386)
Participação nos lucros e bônus anuais	(2.537)	(2.342)
	(26.515)	(19.778)

A Companhia oferece um pacote de benefícios padrão a todos os funcionários, consistindo principalmente em planos de assistência médica, seguro de vida em grupo, vale-refeição e alimentação e vale-transporte. Todos os valores relacionados são registrados no resultado de cada exercício.

12. Transações com partes relacionadas – As partes relacionadas compreendem as empresas controladoras e coligadas, acionistas, pessoal-chave da administração e quaisquer negócios que são controlados, direta ou indiretamente, pelos acionistas e conselheiros, sobre os quais exercem influência significativa. As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das transações, levando-se em consideração a redução de risco. Os saldos em aberto no encerramento do período não têm garantias, não estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias prestadas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Os saldos a receber e a pagar e impactos em resultado por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Ativos		
Vitta Tecnologia em Saúde S.A. – controlada	—	26.577
STNE Participações S.A. – controlador	—	9.200
Stone Instituição de Pagamento S.A. – controlador final comum	82	3.233
Outros – controlador comum	1.368	236
Contas a receber de partes relacionadas	1.450	39.246
Passivos		
STNE Participações S.A. – controlador	16.208	44.306
VittaPar LLC – controlador final comum	967	—
Linx Pay Meios de Pagamento Ltda. – controlador final comum	754	—
Outros – controlador comum	741	517
Contas a pagar de partes relacionadas	18.670	44.823

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas		
Stone Instituição de Pagamento S.A. – controlador comum	44.775	42.703
Pagar.me Instituição de Pagamento S.A. – controlador comum	4.669	1.128
Outros – controlador comum	1.363	12
Receitas	50.807	43.843

As principais operações com partes relacionadas foram: **Contas a receber de partes relacionadas:** Os saldos referem-se substancialmente a empréstimos feitos ao pessoal chave da administração, saldos de reembolsos, originados principalmente pelo rateio de despesas devidas, empréstimos para suporte de caixa a controlada Vitta e saldo a receber da Stone Pagamento relacionado principalmente aos serviços prestados pela Companhia. **Contas a pagar a partes relacionadas:** Em 31 de dezembro de 2022, o saldo está composto principalmente pelo empréstimo feito pela STNE Participações S.A. para aquisição do Grupo Vitta e pela compra de participação societária da empresa Vitta Tecnologia detida pela VittaPar LLC.

13. Eventos Subsequentes – Cisão parcial Equals: Em 02 de janeiro de 2023, a Equals S.A. controladora da Vitta Tecnologia em Saúde S.A. efetuou uma cisão parcial, e constituição de uma nova empresa Equals Software S.A., avaliada em R\$ 51.487, conforme laudo de avaliação. A operação está compreendida no âmbito do processo de simplificação da estrutura societária do Grupo.

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 20/09/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Buy4 Processamento de Pagamentos S.A.

CNPJ/MF nº 16.569.357/0001-25

Balanco Patrimonial - 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Milhares de Reais)				Demonstrações do Resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Milhares de Reais)				Demonstrações do Fluxo de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Milhares de Reais)					
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	Nota	31/12/2022	31/12/2021	Nota	31/12/2022	31/12/2021	Nota	31/12/2022	31/12/2021	
Ativo Circulante		6.856	30.473	Passivo Circulante	35.346	20.350	Receita de serviços	10	115.165	122.033	Lucro (prejuízos) do exercício	(9.039)	36.883
Caixa e equivalente de caixa	4	2.065	21.334	Contas a pagar	11.786	1.816	Outras receitas financeiras		4.347	542	Ajustes:		
Aplicações financeiras		121	-	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	7	11.142	Total de Receitas		119.512	122.575	Depreciação e amortização	11	1.227
Impostos a recuperar		4.316	8.889	Obrigações tributárias		715	Custos dos serviços prestados	11	(121.536)	(73.588)	Imposto de renda e contribuição social diferidos	5	(5.474)
Despesas antecipadas		34	4	Dividendos e juros sobre capital próprio	8	10.921	Despesas administrativas	11	(12.294)	(4.237)	Resultado financeiro, líquido	6	(3.619)
Outros ativos		320	246	Outros passivos		782	Despesas financeiras	11	(10)	(328)	Provisão para contingências	5	(115)
Ativo não Circulante		141.257	117.677	Passivo Não Circulante	2.867	15.799	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	11	(1.898)	1.433	Pagamento baseado em ações	9.2	6.938
Contas a receber de partes relacionadas	12	29.563	13.850	Contas a pagar a partes relacionadas	12	153	Total de Despesas		(136.122)	(76.720)	Variáveis nos ativos e passivos:		
Ativos fiscais diferidos	5	24.180	18.706	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	7	2.714	Lucro (prejuízos) antes dos impostos de renda e contribuições social		(12.991)	50.687	Aplicações financeiras		(121)
Outros ativos		14	13	Provisão para contingências		-	Imposto de renda e contribuição social correntes	5	(1.522)	(9.007)	Contas a receber de partes relacionadas		(15.713)
Investimentos	6	86.304	82.685	Patrimônio Líquido	9	109.900	Imposto de renda e contribuição social diferidos	5	5.474	(4.797)	Impostos a recuperar		4.573
Imobilizado		38	72	Reservas de lucros	9.3	14.298	Lucro (prejuízos) do exercício		(9.039)	36.883	Despesas antecipadas		(30)
Intangível		1.158	2.351	Total do ativo	148.113	148.150	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.						
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Milhares de Reais)													
	Nota	Capital Social	Reserva de Lucros	Reserva de Investimentos	Prejuízos acumulados	Total							
Saldo em 31 de dezembro de 2020		65.471	34.237	-	-	99.708							
Redução de capital		(15.000)	-	-	-	(15.000)							
Pagamento baseado em ações		-	3.956	-	-	3.956							
Lucro líquido do exercício		-	-	-	36.883	36.883							
Destinações do lucro líquido do exercício:													
Constituição da reserva legal		-	-	1.844	-	(1.844)							
Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(8.760)	(8.760)							
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	(4.786)	(4.786)							
Constituição de reservas de investimentos		-	-	21.493	(21.493)	-							
Saldo em 31 de dezembro de 2021		50.471	38.193	1.844	21.493	112.001							
Pagamento baseado em ações	9.2	-	6.938	-	-	6.938							
Prejuízo do exercício		-	-	-	(9.039)	(9.039)							
Absorção do prejuízo do exercício	9.3	-	-	-	9.039	9.039							
Saldo em 31 de dezembro de 2022		50.471	45.131	1.844	12.454	109.900							
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.													
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Milhares de Reais)													
1. Contexto Operacional - A Buy4 Processamento de Pagamentos S.A. ("Companhia" ou "Buy4") foi constituída em 11 de julho de 2012, está localizada em São Paulo, na Av. Doutora Ruth Cardoso, 7.221, cj. 601, 6º andar, CEP 05425-902, Torre A. A Companhia tem por objeto social a prestação de serviços nos processos de emissão, renovação, gravação e processamento de operações de cartões de crédito e débito, cartões de uso múltiplo, bem como outros meios de pagamento eletrônicos, de propriedade de terceiros, compreendendo atividades de processamento de dados, em especial os relativos às transações resultantes do uso dos referidos meios eletrônicos de pagamento, incluindo transações por meio do comércio eletrônico. Ela também atua com inovação, desenvolvimento e implementação de serviços de processamento eletrônico de dados. A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pela STNE Participações S.A. ("STNE Par"), holding de empresas voltadas para o mercado de meios eletrônicos de pagamentos no Brasil. As operações da Companhia são destinadas exclusivamente ao processamento das operações de pagamento da Stone Instituição de Pagamento S.A. ("Stone"), sendo a Stone parte do grupo StoneCo Ltd. do qual a Companhia também faz parte. A emissão destas demonstrações financeiras individuais foi aprovada em Reunião de Diretoria em 19 de setembro de 2023. 1.1. Demonstrações Consolidadas: As demonstrações financeiras não estão sendo apresentadas de forma consolidada atendendo aos dispostos no CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, visto que a controladora final StoneCo Ltd. disponibiliza ao público suas demonstrações consolidadas. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de forma individual, uma vez que todos os critérios para isenção de obrigatoriedade de apresentação de demonstrações financeiras consolidadas estabelecidos pelo CPC 36/IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas foram atendidos, quais sejam: • A Companhia possui como controladora final a StoneCo Ltd., a qual não fez objeção à não apresentação das demonstrações consolidadas; • A Companhia não negocia suas ações no mercado de capitais; • A Companhia não está em processo de arquivamento de suas demonstrações contábeis junto à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") visando negociar suas ações no mercado de capitais; • Sua controladora StoneCo Ltd disponibiliza ao público suas demonstrações consolidadas.													
2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras - As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, com as alterações das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"); e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"). A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022. A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de políticas contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, pagamentos baseados em ações e para impostos diferidos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.													
3. Principais práticas contábeis - Práticas contábeis de transações consideradas materiais não foram incluídas nas demonstrações financeiras. Ressalta-se, ainda, que as práticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente. 3.1. Conversão em moeda estrangeira: As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para reais pela taxa de câmbio vigente na data de fechamento do balanço. Ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício. Estes surgem principalmente da conversão de instrumentos financeiros da Companhia denominados em moedas estrangeiras. 3.2 Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e aplicações financeiras, que são investimentos de curto prazo e alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e com prazo de vencimento, na data da aquisição, igual ou inferior a 90 dias. 3.3 Instrumentos financeiros: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. 3.3.1. Ativos financeiros: 3.3.1.1. Reconhecimento inicial e mensuração: Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Exceto para contas a receber que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro que não é a VJR. Contas a receber que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas ao preço de transação determinado de acordo com o CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou VJORA, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "somente pagamentos de principal e juros" ("SPPJ") sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é chamada de teste de SPPJ e é executada a nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam SPPJ são classificados e mensurados ao VJR, independentemente do modelo													
simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas, portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece as perdas com base em perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, em uma matriz de provisão e em dias de atraso, em cada data-base. A Companhia aplica a abordagem simplificada para as Contas a receber de clientes. 3.3.2. Passivos financeiros: 3.3.2.1. Reconhecimento inicial e mensuração: Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao VJR, custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme o caso. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo e, no caso de custo amortizado, líquidos dos custos de transação que lhes são diretamente atribuíveis. Os passivos financeiros da Companhia incluem Fornecedores, Contas a pagar a partes relacionadas e outros passivos. 3.3.2.2. Mensuração subsequente: A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito a seguir: 3.3.2.2.1. Passivos financeiros ao VJR: Os passivos financeiros ao VJR podem incluir passivos financeiros mantidos para negociação, contraprestação contingente originada em combinações de negócios e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial como ao VJR. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos com o objetivo de recompra no curto prazo. Esta categoria também pode incluir instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge em relacionamentos de hedge, conforme definido pelo CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos. Ganhos ou perdas em passivos mantidos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao VJR são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48/IFRS 9 forem atendidos. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía passivos financeiros classificados nesta categoria. 3.3.2.2.2. Passivos financeiros ao custo amortizado: Após o reconhecimento inicial, passivos financeiros classificados nesta categoria são mensurados subsequentemente ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Os juros calculados pelo método da taxa efetiva de juros são reconhecidos como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria inclui Fornecedores, Contas a pagar a partes relacionadas e outros passivos. 3.3.2.3. Baixa: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como a baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. 3.3.2.4. Valor justo de instrumentos financeiros: Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorra: • No mercado principal do ativo ou passivo; ou • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo. O mercado principal ou o mercado mais vantajoso deve ser acessível pelo Grupo. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado usando as premissas que os participantes do mercado usariam ao precificar o ativo ou passivo, assumindo que os participantes do mercado atuem no seu melhor interesse econômico. A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas à aquisição dos itens e para as quais existam dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são classificados na hierarquia de valor justo, descrita a seguir, com base nos dados de nível mais baixo que sejam significativos para a mensuração do valor justo como um todo: A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: • Nível I: preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível II: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e • Nível III: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferências entre níveis na hierarquia reavaliando a categorização (com base nos dados de nível mais baixo que sejam significativos para a mensuração do valor justo como um todo) a cada data-base. 3.3.3. Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal atualmente exequível de compensação dos valores reconhecidos e houver a intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possui instrumentos financeiros que tenham alcançado as condições para reconhecimento em bases líquidas. 3.4 Imobilizado: Todos os itens do ativo imobilizado são mensurados ao custo histórico, menos depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, se houver. O custo histórico inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e, se aplicável, líquido de créditos de impostos. Os custos subsequentes não são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item fluirão a Companhia e que o custo do item seja relevante e possa ser mensurado com confiabilidade. Todos os outros gastos com reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período em que são incorridos. A depreciação é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos, conforme demonstrado a seguir:													
							Vida útil estimada (anos)						
Equipamentos de informática							5						
Instalações							5						
Móveis e utensílios							10						
Os valores residuais, as vidas úteis e os métodos de depreciação dos ativos são revisados a cada data-base e ajustados de forma prospectiva, quando apropriado. Ganhos e perdas em alienações ou baixas são determinados pela comparação do valor obtido na venda (se houver) com o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. Em 2022 a vida útil foi revisada e não houve alteração. 3.5 Intangível: Certos custos diretos de desenvolvimento associados a software desenvolvido internamente e aprimoramentos de software													

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 20/09/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação

Buy4 Processamento de Pagamentos S.A.

ou serviços não são recuperáveis junto às autoridades fiscais, caso em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do item do ativo ou despesa, conforme aplicável.

• Quando os valores a receber ou a pagar forem apresentados com o valor dos impostos sobre vendas incluídos. O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar para a autoridade fiscal, é incluído como parte dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial e líquido da receita ou do custo/despesa, na demonstração do resultado. As receitas de vendas no Brasil estão sujeitas a impostos e contribuições, com as seguintes alíquotas:

Alíquota - %	Receitas	Receitas
Transações e outros serviços financeiros	Transações e outros serviços financeiros	Transações e outros serviços financeiros
Programa de integração social (PIS) (a)	0,65% - 1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (a)	3,00% - 7,60%	4,00%
Imposto sobre Serviços (ISS) (b)	2,00% - 5,00%	-

(a) O PIS e COFINS são contribuições cobradas pelo governo federal sobre a receita bruta. Esses valores são faturados e cobrados dos clientes da Companhia e reconhecidos como deduções da receita bruta (Nota 10) contra impostos a receber, uma vez que atuamos como agentes de retenção de impostos em nome das autoridades fiscais. O PIS e COFINS pagos em certas compras podem ser considerados como créditos fiscais para compensar com PIS e COFINS a receber. Esses valores são reconhecidos como impostos a recuperar e são compensados mensalmente em relação aos impostos a receber e apresentados líquidos, pois os valores são devidos à mesma autoridade fiscal. (b) O ISS é um imposto cobrado pelos municípios sobre receitas provenientes da prestação de serviços. O ISS é adicionado aos valores faturados aos clientes da Companhia por seus serviços prestados. É reconhecido como deduções da receita bruta (Nota 10) contra impostos a receber, pois a Companhia atua como agente de cobrança desse imposto em nome dos governos municipais. As alíquotas podem variar de 2% a 5%.

3.8. Receitas: 3.8.1. **Receita de contrato com clientes:** A receita é reconhecida quando a Companhia transfere o controle dos serviços para os clientes, em um valor que reflete a contraprestação que a Companhia espera receber em troca desses serviços. A Companhia concluiu que geralmente é o principal em seus acordos de receita, porque normalmente controla os serviços antes de transferir para o cliente. A Companhia aplica os cinco passos seguintes: 1. identificação dos contratos com o cliente; 2. identificação das obrigações de desempenho previstas no contrato; 3. determinação do preço da transação; 4. alocação do preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato; e 5. reconhecimento da receita quando o cliente reconhece a obrigação de desempenho é atendida. A receita é reconhecida líquida dos impostos cobrados dos clientes, que são posteriormente recolhidos para as autoridades governamentais. A Companhia reconhece receita dos seguintes itens: 3.8.1.1. **Receita de serviços de processamento:** As principais obrigações de desempenho da Companhia são fornecer serviços de processamento de pagamentos eletrônicos, incluindo a implantação, operacionalização, tratamento de dados e gestão de rede de captura de transações. A promessa da Companhia aos seus clientes é realizar uma quantidade desconhecida ou não especificada de tarefas e a contraprestação recebida depende do uso dos clientes (ou seja, número de transações de pagamento processadas, número de cartões cadastrados etc.) como tal, o preço total da transação é variável. A Companhia aloca as taxas variáveis cobradas no dia em que tem o direito contratual de faturar seus clientes. 3.9. **Benefícios a empregados:** 3.9.1. **Obrigações de curto prazo:** Os passivos relacionados a benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são contabilizados como despesa conforme o serviço relacionado é fornecido. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bônus em dinheiro ou participação nos resultados de curto prazo se a Companhia tiver uma obrigação legal ou não formalizada de pagar devido aos serviços passados prestados pelos empregados e a obrigação puder ser estimada de forma confiável. 3.9.2. **Remuneração com base em ações:** A Companhia possui planos de remuneração baseada em ações, segundo os quais a administração se compromete com a liquidação de ações baseadas em seu preço ou valor, para empregados e não empregados em troca de serviços. 3.9.3. **Transações liquidadas em ações:** O custo de transações liquidadas em ações com funcionários é mensurado pelo valor justo na data da outorga. O custo é registrado como despesa juntamente com um aumento correspondente no patrimônio líquido durante o período do serviço ou na data da concessão, quando a concessão se refere a serviços passados. A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa da Companhia sobre o número de outorgas que, em última instância, serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período representam a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele período. Condições de serviço e outras condições de desempenho que não sejam de mercado não são consideradas na determinação do valor justo dos prêmios outorgados, porém a probabilidade de que as condições sejam satisfeitas é avaliada como parte da melhor estimativa da Companhia sobre o número de outorgas que, em última instância, serão cumpridas e os títulos adquiridos. Condições de desempenho de mercado são refletidas no valor justo na data da outorga. Quaisquer outras condições atinentes, mas que não possuam uma exigência de serviço a elas associada, são consideradas condições de não aquisição de direito. 3.9.4. **Participação nos lucros e gratificações anuais:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos lucros e gratificações anuais com base em uma fórmula que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada. 3.10. **Classificação circulante versus não circulante:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado como circulante quando: • espera-se realizá-lo ou pretenda vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; • for mantido principalmente para negociação; • espera-se realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou • é caixa ou equivalente de caixa, a menos que haja restrições quanto à sua troca ou utilização para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado como circulante quando: • espera-se liquidá-lo no ciclo operacional normal; • for mantido principalmente para negociação; • deve ser liquidado dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou • não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. A Companhia classifica todos os demais passivos como não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. 3.11. **Julgamentos, estimativas e premissas significativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Companhia faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos na data-base das demonstrações financeiras. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. Os julgamentos, estimativas e premissas são revisados frequentemente, e quaisquer efeitos são reconhecidos no período de revisão e em quaisquer períodos futuros afetados. O objetivo dessas revisões é mitigar o risco de diferenças significativas entre os resultados estimados e efetivos no futuro. Premissas significativas sobre fontes de incerteza em estimativas futuras e outras fontes significativas na data-base das demonstrações financeiras estão descritas a seguir: 3.11.1. **Vida útil do Imobilizado e Intangível:** A mensuração do ativo imobilizado e do ativo intangível inclui a preparação de estimativas para determinar a vida útil destes ativos para fins de depreciação e amortização. A determinação da vida útil requer estimativas em relação aos avanços tecnológicos esperados e usos alternativos de ativos. Há um elemento significativo de julgamento envolvido em fazer suposições sobre o desenvolvimento tecnológico, uma vez que é difícil prever o momento e a natureza dos futuros avanços tecnológicos. A Companhia avaliou a vida útil estimada e o valor residual estimado dos ativos imobilizados e intangíveis e concluiu não ser necessária nenhuma alteração nas estimativas para o período findo em 31 de dezembro de 2022. 3.11.2. **Pagamentos baseados em ações:** A estimativa do valor justo do instrumento patrimonial outorgado em planos de pagamento baseado em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado e das premissas subjacentes mais apropriadas, o que depende dos termos e condições dos planos de pagamento baseado em ação outorgados e das informações disponíveis na data da outorga destes planos. A Companhia utiliza certas metodologias para estimar o valor justo do instrumento patrimonial outorgado, que incluem o seguinte: • estimativa do valor justo com base em transações patrimoniais com terceiros próximas à data da outorga; e • outras técnicas de avaliação, incluindo modelos de precificação de opções, como Black-Scholes. Essas estimativas também exigem a determinação das informações mais adequadas para os modelos de avaliação, incluindo premissas sobre a vida esperada de uma opção de compra de ações ou direito de valorização, a volatilidade esperada do preço das ações e o rendimento de dividendos esperado. 3.11.3. **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Um julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base na época provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento fiscal. 4. **Caixa e equivalentes de caixa** 31/12/2022 31/12/2021 Cédulas de depósitos bancários 1.993 21.334 Depósitos em bancos nacionais 72 - 2.065 21.334 5. **Imposto de renda e contribuição social - a) Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social** 31/12/2022 31/12/2021 Lucro (prejuízos) antes dos impostos e participações (12.991) 50.687 Alíquotas vigentes - % 34% 34% **Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes** 4.417 (17.234) **Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre:** Equivalência patrimonial de coligadas 1.230 1.643 Juros sobre o capital próprio - 1.627 Lei de incentivo à cultura e assistência social - 126 Incentivos fiscais - 136 Despesas permanentes (1.695) (102) **Imposto de renda e contribuição social** 3.952 (13.804) Taxa (%) de alíquota efetiva (30%) 27% Impostos correntes (1.522) (9.007) Impostos diferidos 5.474 (4.797) **Imposto de renda e contribuição social** 3.952 (13.804)

b) Impostos diferidos: As variações líquidas do imposto de renda e contribuição social diferidos estão relacionadas a seguir:

Movimen-	31/12/2021	31/12/2022
Prejuízo fiscal/base negativa	10.339	2.245
Demais diferenças temporárias	8.367	3.229
Total ativo fiscal diferido	18.706	5.474
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.706	5.474

Segundo a legislação tributária brasileira, diferenças temporárias e prejuízos fiscais podem ser mantidos como créditos fiscais indefinidamente. No entanto, o prejuízo fiscal pode ser utilizado apenas para compensar até 30% do lucro tributável do exercício.

c) Estimativa de realização do ativo fiscal diferido: A Companhia estima a realização dos ativos fiscais diferidos existentes em 31 de dezembro de 2022, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, conforme estudo técnico de realização. Segue expectativa de realização:

Ano	Valor
2023	9.257
2024	2.482
2025	4.061
2026	2.683
2027 em diante	5.697
Total	24.180

6. Investimentos - a) Movimentação dos investimentos

Controlada	Participação	31/12/2021	31/12/2022
Buy4 Sub LLC	100%	82.686	86.305
Stone Logística Ltda.	0,01%	(1)	(1)
Total		82.685	86.304

b) Informações financeiras dos investimentos

Controlada	Ativo Circulante	Passivo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Não Circulante	Patri-mônio Líquido	Re-ceitas Líquido	Resul-tado Líquido
Buy4 Sub LLC	36.085	56.335	5.523	592	86.305	56.819	3.619
Stone Logística Ltda.	828	23.586	13.097	11.318	(1)	30.879	(13.685)

7. Obrigações trabalhistas e previdenciárias

	31/12/2022	31/12/2021
Férias, bônus e encargos sociais	9.724	4.615
Remuneração baseada em ações	2.714	2.516
Salários e encargos sociais	1.418	1.490
Total salários e encargos sociais	13.856	8.621
Circulante	11.142	6.105
Não circulante	2.714	2.516

8. Juros sobre capital próprio e dividendos

Dividendos	31/12/2022	31/12/2021
STNE Participações S.A.	8.760	8.760
Total	8.760	8.760

Juros sobre capital próprio a pagar 31/12/2022 31/12/2021 STNE Participações S.A. 2.161 2.161

9. Patrimônio líquido - 9.1. Capital Social: O capital social em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$ 50.471, representado por 149.553.676 ações ordinárias sem quaisquer ações preferenciais e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, distribuídas entre os acionistas como segue:

	31/12/2022	Total de Ações
Acionistas		
STNE Participações S.A.	100,00%	149.553.676
Total do Capital Social	100,00%	149.553.676

Em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") realizada em 26 de março de 2021, foi aprovada a redução de capital social em R\$ 15.000 sem o cancelamento das ações por considerá-lo excessivo ao objeto social da Companhia. O valor foi restituído a STNE Participações S.A. e a diretoria na proporção de suas respectivas participações acionárias no capital social da Companhia em moeda corrente nacional. Em 2022 não houve movimentação na quantidade de ações da Companhia. 9.2. **Reserva de capital:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Buy4 constituiu reserva legal no montante de R\$ 6.938, totalizando R\$ 45.131 (R\$ 38.193 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021). 9.3. **Reservas de lucros:** a) **Reserva legal:** A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ação. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não constituiu reserva legal (R\$ 1.844 em 31 de dezembro de 2021). b) **Reserva de investimentos:** A reserva de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos. Em 31 de dezembro de 2022, foi absorvido os prejuízos do exercício no total de R\$ (9.039), no total de R\$ 12.454 (R\$ 21.493 em 31 de dezembro de 2021). 9.4. **Dividendos:** O Estatuto da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal, conforme a lei das sociedades por ação. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não constituiu dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 8.760 em 31 de dezembro de 2021). 9.5. **Juros sobre capital próprio:** Conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, em seu artigo 9º, o valor dos juros pagos ou creditados pela pessoa jurídica, a título de remuneração de capital próprio, pode ser imputado ao valor dos dividendos. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não distribuiu JSCP (R\$ 4.786 em 31 de dezembro de 2021, AGE realizada em 30 de junho e 31 de dezembro de 2021, foram aprovadas as distribuições de R\$ 2.243 e R\$ 2.543) a título de juros sobre capital próprio, a ser liquidado pela Companhia em um prazo conveniente ao seu acionista.

10. Receita de serviços 31/12/2022 31/12/2021 Receita de serviços de processamento 127.287 135.789 (4) Impostos sobre vendas (12.122) (13.756) **Receita líquida de transações** 115.165 122.033 **Momento do reconhecimento da receita** Reconhecida em um momento específico no tempo 115.165 122.033 **Receita líquida de serviços** 115.165 122.033 **11. Despesas e custos por natureza** 31/12/2022 31/12/2021 Despesas com pessoal (Nota 11.1) (61.498) (24.089) Depreciação e amortização (1.227) (1.436) Captura e processamento (64.183) (47.937) Serviços de terceiros (119) (40) Gastos com viagens (584) (179) Outros (8.127) (2.711) **Total de custo e despesa** (135.738) (76.392) **11.1. Benefícios a empregados** 31/12/2022 31/12/2021 Salários e benefícios (33.467) (19.532) Remuneração baseada em ações (7.514) 1.764 Custos previdenciários (11.626) (5.388) Participação nos lucros e bônus anuais (8.891) (933) (61.498) (24.089)

A Companhia oferece um pacote de benefícios padrão a todos os funcionários, consistindo principalmente em planos de assistência médica, seguro de vida em grupo, vale-refeição e alimentação e vale-transporte. Todos os valores relacionados são registrados no resultado de cada exercício.

12. Transações com partes relacionadas - As partes relacionadas compreendem as empresas controladoras e coligadas, acionistas, pessoal-chave da administração e quaisquer negócios que são controlados, direta ou indiretamente, pelos acionistas e conselheiros sobre os quais exercem influência significativa. As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das transações, levando-se em consideração a redução de risco. Os saldos em aberto no encerramento do período não têm garantias, não estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias prestadas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Os saldos a receber e a pagar e impactos em resultado por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo		
Stone Instituição de Pagamentos S.A. - Controlador comum	16.740	2.382
MNLT S.A. - Controlador comum	9.375	8.000
Pagar.me Instituição de Pagamento S.A. - Controlador comum	57	-
Capta S.A. - Controlador comum	-	289
Outros	3.391	3.179
Contas a receber de partes relacionadas	29.563	13.850
Passivo		
Buy4 Sub LLC - Controlada	68	12.963
Linx Sistemas e Consultoria Ltda. - Controlador direto comum	45	30
MNLT S.A. - Controlador comum	36	81
STNE Participações S.A. - Controlador	4	-
Contas a pagar de partes relacionadas	153	13.074
Receitas		
Stone Instituição de Pagamento S.A. - Controlador comum	104.268	135.789
Receitas	104.268	135.789

As principais operações com partes relacionadas foram: **Contas a receber e pagar de partes relacionadas:** Os saldos referem-se substancialmente a empréstimos feitos ao pessoal chave da administração, saldos de reembolsos, originados principalmente pelo ratio de despesas devidas, empréstimos para suporte de caixa à controlada Buy4 LLC, saldo a receber da Stone Instituição de Pagamento relacionado principalmente aos serviços prestados pela Companhia de processamento de pagamentos e o mútuo com MNLT S.A. **Receitas:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os montantes estão compostos pelos serviços de processamento de pagamento prestado pela Buy4 para a Stone Instituição de Pagamento S.A. **Pessoas-chaves:** Os administradores da Companhia também são administradores de todo o Grupo StoneCo, fazendo jus à remuneração através da empresa em que estão registrados para fins trabalhistas. Desta forma, a informação sobre a remuneração dos administradores da Buy4 não refletiria a melhor informação relativa aos negócios da Companhia.

13. Eventos subsequentes - Cisão parcial STNE Participações S.A.: Em 02 de janeiro de 2023, a STNE Participações, controladora da Buy4, efetuou uma cisão parcial, e constituição de uma nova empresa denominada STNE Investimentos S.A., para a qual foi feita a transferência da participação societária da Buy4, avaliada em R\$ 230.316 conforme laudo de avaliação. A operação está compreendida no âmbito do processo de simplificação da estrutura societária do Grupo.

A Diretoria	
Camila Del Poente - Contadora - CRC - ISP 290.887/0-8	

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 20/09/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



CRNL Participações e Licenciamento Ltda.

CNPJ/MF nº 29.844.044/0001-80 NIRE 35235193631

Ata de Reunião de Sócios

1. Data, Hora e Local: Aos 11 dias de novembro de 2022, às 09 horas, em primeira convocação, na Av. Magalhães de Castro, 4.800, Continental Tower, cj. 91, sala 23, Cidade Jardim, São Paulo-SP, CEP 05676-120. **2. Presença:** Presentes os sócios **Carlos Ricardo Novello Lemos Oliveira**, brasileiro nascido em 11/06/1984, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 27.149.700 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 332.553.588-76, residente e domiciliado na Av. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 624, Bloco A, Apto. 61, Tamboré, CEP 06543-001, Município de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo; e **Clelia Novello Lemos Oliveira**, brasileira, nascida em 30/01/1945, divorciada, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 4.120.329 SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 095.116.018-49, residente e domiciliada na Av. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues nº 4.446, Apto. 02, Bloco 03, Tamboré, CEP 06543-001, Município de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, correspondendo à totalidade dos sócios da **CRNL Participações e Licenciamento Ltda.**, ("Sociedade"), o que dispensa as formalidades de convocação, nos termos do artigo 1.072, §2º do Código Civil. **3. Mesa:** **Carlos Ricardo Novello Lemos Oliveira** (presidente) e **Clelia Novello Lemos Oliveira** (secretária). **4. Ordem do Dia:** (i) Deliberar sobre a transformação da Sociedade em sociedade anônima, com a conversão da totalidade das quotas da Sociedade em ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; (ii) Aprovação do Estatuto Social da Companhia que constitui o **Anexo I** à presente Ata; (iii) Eleição dos membros da Diretoria da companhia e deliberar pela não instalação do Conselho Fiscal; e (iv) Autorização ao administrador para praticar todos os atos que se fizerem necessários à implementação da transformação. **5. Deliberações:** Por unanimidade de votos dos sócios, sem quaisquer ressalvas, foram aprovadas: (i) A transformação da Sociedade em sociedade anônima ("Companhia"), na forma do artigos 1.113 a 1.115 do Código Civil, independentemente de dissolução e liquidação, que passará a operar sob a denominação "**CRNL Participações e Licenciamento S.A.**", que responderá, para todos os fins e efeitos de direito, por todo o ativo e o passivo da sociedade limitada transformada em companhia, a qual reger-se-á pela Lei nº 6.404/1976 e demais dispositivos aplicáveis. Em virtude da referida transformação, todas as quotas representativas do capital social da Sociedade são convertidas em ações ordinárias, sem valor nominal, distribuídas entre os acionistas conforme o Boletim de Subscrição, que constitui o **Anexo II** à presente Ata. E em cumprimento ao disposto no artigo 67, III, da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10/06/2020, consta como **Anexo III** ao presente instrumento, a relação completa dos acionistas e a indicação da quantidade de ações da Companhia resultantes da presente transformação. (ii) O Estatuto Social da Companhia, que constitui o **Anexo I** desta Ata. (iii) Por conseguinte, foi eleita a Diretoria da Companhia, a ser exercida isoladamente pelo Diretor Presidente **Carlos Ricardo Novello Lemos Oliveira**, brasileiro nascido em 11/06/1984, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 27.149.700 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 332.553.588-76, residente e domiciliado na Av. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 624, Bloco A, Apto. 61, Tamboré, CEP 06543-001, Município de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, que por sua vez declara não estar incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e têm amplo conhecimento dos preceitos contidos no art. 147 da Lei 6.404/1976, consignando que a declaração de desimpedimento se encontra arquivada na sede da Sociedade. O eleito toma posse de seu cargo mediante a aposição de sua assinatura do Termo de Posse apenso a este instrumento como **Anexo IV**, e em termo a ser lavrado em livro próprio, tendo o mandato a duração de 03 anos, com início na presente data. Os acionistas aprovam, por unanimidade de votos, a não instalação do Conselho Fiscal. (iv) Dar por efetivamente transformada a Sociedade em sociedade anônima, em razão do cumprimento de todas as formalidades legais, autorizando o atual administrador e Diretor Presidente eleito **Carlos Ricardo Novello Lemos Oliveira** à prática dos atos necessários à implementação da referida transformação. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada em forma de sumário, que depois de lida, foi aprovada e assinada por todos os sócios da Sociedade, 05 quais passam à condição de acionistas da **CRNL Participações e Licenciamento S.A.** São Paulo/SP, 11/11/2022. **Mesa:** **Carlos Ricardo Novello Lemos Oliveira** (presidente) e **Clelia Novello Lemos Oliveira** (secretária). **Acionistas:** Carlos Ricardo Novello Lemos Oliveira e Clelia Novello Lemos Oliveira. **Diretor eleito:** Carlos Ricardo Novello Lemos Oliveira, Diretor Presidente. Visto do Advogado: Manuel Eduardo Cruvinel Machado Borges, OAB/SP nº 280.216. JUCESP/NIRE nº 3530060465-2. JUCESP nº 671.279/22-1 em 25/11/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral. **Estatuto Social. Capítulo I. Denominação, Lei Aplicável, Sede e Prazo de Duração. Cláusula 1ª - A CRNL Participações e Licenciamento S.A.** (doravante "**Companhia**") é uma Companhia fechada que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis. **Parágrafo Único - A Companhia adota a denominação social de "CRNL Participações e Licenciamento S.A.", e como nome fantasia "CRNL Participações e Licenciamento". Cláusula 2ª - A Companhia tem sede e foro na Av. Magalhães de Castro, 4.800, Continental Tower, cj. 91, sala 23, Cidade Jardim, São Paulo-SP, CEP 05676-120. §1º - A Companhia poderá abrir, transferir e/ou fechar filiais no Brasil ou no exterior por deliberação dos acionistas e de acordo com o quórum previsto em Lei. Cláusula 3ª - A Companhia iniciou suas atividades na forma de Sociedade Empresária de Responsabilidade Limitada em 08/02/2018, com registro do seu Contrato Social de Constituição sob NIRE nº 35235193631, em sessão de 05/03/2018, perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP). Sendo seu prazo de duração por tempo indeterminado. **Capítulo II. Do Objeto. Cláusula 4ª - A Companhia possui como objeto social a participação em outras sociedades, como acionista ou quotista, no país ou no exterior, a administração de bens próprios, e licenciamento e sublicenciamento de direitos de propriedade industrial, marcas, patentes, tecnologia e know-how. Capítulo III. Do Capital Social. Cláusula 5ª - O capital social da Companhia é de R\$500.000,00, dividido em 500.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com capital totalmente integralizado em moeda corrente nacional. A cada uma das ações ordinárias corresponderá um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia. Capítulo IV. Da Administração. Cláusula 6ª - A Companhia será administrada por uma Diretoria composta por até 03 membros, pessoas físicas, residentes e domiciliadas no país, doravante designados "Diretores". Os Diretores serão nomeados pela assembleia-geral, mediante a aprovação de acionistas representando, no mínimo, 75% do capital social, sendo que tais Diretores serão investidos no respectivo cargo mediante assinatura do termo de posse no livro próprio, permanecendo em seus cargos até a investidura de novos Diretores eleitos. §1º - O prazo de mandato dos Diretores será de 03 anos, permitida a reeleição. Em caso de destituição, renúncia, substituição, impedimento permanente, ou qualquer outro evento que resulte na vacância do cargo de qualquer Diretor, deverá ser convocada Assembleia Geral para deliberar a eleição de novo Diretor, que deverá cumprir o mandato do Diretor a ser substituído. §2º - Cabe à Assembleia Geral fixar a remuneração dos membros da Diretoria. A remuneração poderá ser votada em verba individual, para cada membro, ou verba global. Ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, o montante global fixado deverá ser dividido igualmente entre os Diretores. §3º - Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais da Companhia e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes a tal finalidade, ressalvados os atos de competência da Assembleia Geral, conforme previsto em Lei ou neste Estatuto. §4º - A Diretoria reunir-se-á sempre que o interesse social assim o exigir. As atas das Reuniões da Diretoria serão transcritas no Livro de Registro de Atas de Reuniões da Diretoria. §5º - As reuniões da Diretoria serão convocadas por qualquer Diretor mediante notificação com 05 dias de antecedência, ficando dispensada de convocação a reunião a qual todos os membros compareçam. §6º - Compete ao Diretor Presidente: (a) convocar e presidir as Assembleias Gerais; (b) cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social, assim como as deliberações das Assembleias Gerais e da Diretoria; (c) a supervisão geral da gestão e planejamento dos negócios da Sociedade, representando-a isoladamente; (d) a designação, a coordenação e a orientação das atividades dos demais Diretores em suas respectivas áreas de competência. §7º - Compete ao diretor sem designação específica exercer as atribuições e poderes específicos que lhes forem determinados pelo Diretor Presidente ou definidos em Assembleia Geral, podendo praticar, em conjunto com o Diretor Presidente, os atos de competência deste. **Cláusula 7ª - Observado o disposto na Cláusula anterior, quando aplicável, a Companhia é representada e se obriga: (a) pela assinatura do Diretor Presidente; (b) pela assinatura conjunta dos 02 Diretores; (c) pela assinatura isolada de um procurador nomeado pelo Diretor Presidente. Parágrafo Único - As procurações outorgadas pela Companhia deverão ter expressamente identificados os poderes outorgados e, com exceção das procurações com poderes "ad judicium", terão prazo de validade determinado de, no máximo, 02 anos. Cláusula 8ª - São expressamente vedados, sendo considerados nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer Diretoria, funcionário ou procurador da Companhia que a envolverem em obrigação relativa a negócios ou operações estranhas ao objeto social, ou que tenham sido praticados em desconformidade ao estabelecido no presente Estatuto. Parágrafo Único - O Diretor Presidente poderá prestar fiança/aval, constituição de hipoteca, alienar fiduciariamente e prestar fiança a terceiro, desde que o ato faça parte do objeto exercido pela Companhia. Capítulo V. Das Assembleias Gerais de Acionistas. Cláusula 9ª - A Assembleia Geral, com as funções e atribuições previstas em Lei, reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 04 primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. §1º - A Assembleia Geral será convocada pelo Diretor Presidente ou, em sua falta, pelas pessoas indicadas de acordo com os artigos 123 e 124 da Lei nº 6.404/1976, sendo seus trabalhos instalados e dirigidos por mesa composta por um Presidente e um Secretário por ele escolhido sendo considerada regular aquela Assembleia à qual comparecerem todos os acionistas, dispensando-se, assim, a convocação prévia. §2º - As Assembleias Gerais serão convocadas, instaladas e presididas pelo Diretor Presidente, por 02 Diretores ou por acionistas, na forma prevista na Lei, e instalarse-ão, ressalvadas as exceções previstas em Lei, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando no mínimo 25% do capital social com direito a voto; e em segunda convocação, com qualquer número de acionistas com direito a voto. §3º - Os acionistas poderão ser representados na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 01 ano, que seja acionista, Diretor da Companhia, advogado ou instituição financeira. §4º - As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as hipóteses previstas em Lei, neste Estatuto e no Acordo de Acionistas, serão tomadas por acionistas representando a maioria do capital votante. §5º - Compete à Assembleia Geral deliberar a respeito de todos os negócios e assuntos sociais, previstos em lei, cabendo-lhe especialmente: (a) examinar, aprovar ou rejeitar o relatório e as contas apresentadas pelos Diretores; (b) reformar total ou parcialmente este Estatuto Social; (c) fixar a remuneração dos membros da Diretoria; (d) criar o Conselho de Administração e eleger seus membros; (e) deliberar a respeito de qualquer matéria levada à sua apreciação. Capítulo VI. Acordo de Acionistas. Cláusula 10ª - A Companhia manterá em sua sede o registro e a averbação dos Acordos de Acionistas nos livros de registro de ações da Companhia, sendo que os Acordos deverão ser sempre observados pela Companhia, conforme previsto no art. 118 da Lei nº 6.404/1976. Parágrafo Único - Em caso de conflito ou divergência entre as disposições deste Estatuto e do Acordo de Acionistas, prevalecerá sempre o disposto no Acordo de Acionistas, se obrigando os acionistas a tão logo constatado o conflito ou a divergência, promover a alteração deste Estatuto de maneira a harmonizá-lo com o Acordo de Acionistas. Capítulo VII. Do Exercício Social, Demonstrações Financeiras, Balanço e Distribuição de Lucros e Dividendos. Cláusula 11ª - O exercício social terá início em 12 de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício, serão levantadas as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado, de acordo com os requisitos e formalidades previstos em lei. §1º - A Companhia poderá, a qualquer tempo, levantar balanços mensais, trimestrais ou semestrais, em cumprimento aos requisitos legais, ou para atender aos interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares, mediante deliberação da Assembleia Geral. Caso distribuídos, esses dividendos poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. §2º - Observadas as disposições legais pertinentes, a Companhia poderá pagar a seus acionistas juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório, ad referendum da Assembleia Geral. §3º - A destinação do lucro líquido será realizada nos termos da Lei 6.404/1976, das regras contábeis e conforme deliberação determinada pela Assembleia Geral, observado também o disposto em acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia, que poderá prever distribuição de lucros desproporcional às participações dos sócios no capital social. Capítulo VIII. Da Dissolução e Liquidação. Cláusula 12ª - A Companhia será dissolvida e entrará em liquidação nos casos previstos em Lei, observado o disposto neste Estatuto Social e no Acordo de Acionistas. §1º - Em caso de liquidação da Companhia, o procedimento legal aplicável deverá ser observado e aos acionistas representantes de, no mínimo, 90% do capital social da Companhia, caberá à indicação e/ou destituição dos liquidantes, bem como o julgamento de suas contas. §2º - Liquidado o passivo, na forma determinada em Lei, o ativo remanescente será rateado entre os acionistas. Capítulo IX. Das Alterações Estatutárias. Cláusula 13ª - O Estatuto Social da Companhia será alterado mediante deliberação dos acionistas representando, no mínimo, 90% do capital social da Companhia. Capítulo X. Do Conselho Fiscal. Cláusula 14ª - A Companhia terá um Conselho Fiscal composto de 03 membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, residentes no País, eleitos para mandato de um ano e destituíveis pela Assembleia Geral. §1º - O órgão terá seu funcionamento não permanente, somente nos exercícios sociais em que for instalado por decisão da Assembleia Geral, nos termos da legislação em vigor. §2º - Cada período de funcionamento terminará quando da realização da primeira Assembleia Geral Ordinária subsequente a da instalação do Conselho Fiscal. §3º - A Assembleia Geral que decidir pela instalação e funcionamento do Conselho Fiscal elegerá os seus membros e fixar-lhes-á remuneração. §4º - O Conselho Fiscal, quando instalado, terá as atribuições e os poderes que lhe confere a Lei. Capítulo XI. Disposições Finais. Cláusula 15ª - Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para qualquer ação fundada neste Estatuto Social, renunciando os acionistas a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Cláusula 16ª - Os casos omissos neste Estatuto Social serão regulados pela lei nº 6.404/1976, pelas leis e regulamentos específicos sobre o tipo societário e demais normas da legislação pertinente e pela deliberação da Assembleia Geral, nas matérias que lhe caiba livremente decidir. São Paulo/SP, 11/11/2022.******

Bromélia Capital Securitizadora S.A.

CNPJ nº 52.084.967/0001-00

ERRATA - Ata da Assembleia Geral de Constituição de 23 de agosto de 2023

Comunicamos que a publicação da Ata da Assembleia Geral de Constituição de 23 de agosto de 2023, publicada no jornal Data Mercantil no dia 13/09/2023 no formato digital e impresso, teve o seguinte conteúdo retificado: **Na razão social e nas Deliberações da Companhia:** • **Onde se lê:** Bromélia Fomento Mercantil S.A. • **Leia-se:** Bromélia Capital Securitizadora S.A..

G30 Participações S.A.

CNPJ/MF nº 12.822.076/0001-81 - NIRE 35.300.386.191

Edital de Convocação nº 002/2023

O Conselho de Administração da **G30 Participações S.A.** convoca os acionistas para a Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se na sede da empresa, na Estrada da Boiada, nº 478, sobreloja, Santa Rosa, Vinhedo-SP, no dia **19/10/2023, às 10 horas**, com quórum que represente no mínimo a metade mais uma das ações com direito a voto, a fim de discutirem e deliberarem sobre as seguintes matérias: **A) Dissolução e liquidação da sociedade anônima G30 Participações; B) Manutenção do Conselho de Administração; C) Nomeação dos liquidantes; D) Manutenção ou eleição do Conselho Fiscal que funcionará durante o período de liquidação; E) Forma de distribuição de valores creditícios remanescentes aos acionistas.** Vinhedo/SP, 18/09/2023. **Luiz Carlos da Cunha Colombo** - Presidente. (19, 20 e 21/09/2023)

Documento assinado e certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 20/09/2023



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

